



Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História

ISSN: 0104-236X

anos90@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Machado Domingos, Charles Sidarta

O Nacionalismo na experiência democrática brasileira (1951-1964): um conceito em transformação

Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 16, núm. 29, julho-, 2009, pp. 293-313

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574069165010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O Nacionalismo na experiência democrática brasileira (1951-1964): um conceito em transformação

Charles Sidarta Machado Domingos*

Resumo: Este artigo aborda o conceito de nacionalismo como categoria de análise para o período de 1951-1964 no Brasil. Ao utilizarmos as concepções de Eric Hobsbawm sobre o caráter histórico do nacionalismo, pretendemos demonstrar de que forma se realizaram as mudanças nos usos e percepções a respeito do fenômeno, sem perdemos de vista sua importância nos embates políticos pela disputa do poder no Brasil.

Palavras-chave: História do Brasil. História Política. Nacionalismo. ISEB.

Introdução

Neste trabalho, pretendemos esboçar uma divisão temporal para o nacionalismo brasileiro do período 1951-1964, caracterizado da seguinte maneira: o nacionalismo no início da década de 1950, o nacional-desenvolvimentismo e o nacional-reformismo. Antes de começarmos a discussão sobre as especificidades de cada um

* Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Endereço eletrônico: csmd@terra.com.br

dos três períodos mencionados, optamos por realizar uma breve discussão sobre o fenômeno nacionalismo em sentido histórico mais amplo, por entendermos ser este um dos conceitos mais importantes da História Política.

A abordagem de Eric Hobsbawm sobre o Nacionalismo

Embora as análises de Eric Hobsbawm tenham semelhanças com as de Ernest Gellner, notadamente a busca por elementos objetivos e a recusa do entendimento do nacionalismo por um viés estritamente ligado à língua, Hobsbawm avança no estudo do nacionalismo ao abordá-lo como fenômeno histórico, possuindo, desta maneira, uma gênese, um desenvolvimento, e tendo, um dia, um final.

Assim como Ernest Gellner e Benedict Anderson, Hobsbawm vê o início do nacionalismo no século XVIII, como fenômeno do capitalismo. Porém, se para Gellner “a sociedade inteira deve ser perpassada por uma só cultura superior padronizada, caso pretenda funcionar” (GELLNER, 1983, p. 117), para Hobsbawm, é preciso perceber outras variantes. Hobsbawm avança na análise ao entender que, mesmo que o historiador não possa perder de vista que o nacionalismo seja construído pelo alto, não é possível compreendê-lo sem ser analisado de baixo, em razão das esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns. Eric Hobsbawm argumenta que, no início do nacionalismo, próximo à Revolução Francesa, a nação não tinha a ver “com etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns” (HOBSBAWM, 2002, p. 33). Para aqueles homens e mulheres, o que compunha a essência de uma nação era o exercício da cidadania, o sentido de pertencimento, como bem descreveu Benedict Anderson (ANDERSON, 1989, p. 16).

Para Hobsbawm, o apogeu do nacionalismo se dá na Europa Ocidental no período compreendido entre o fim da Primeira Guerra Mundial e o ano de 1950. A partir da formação da Liga das Nações

como resposta ao colapso dos impérios multinacionais da Europa Central e Oriental e da Revolução Russa, o princípio de nacionalidade proposto pelo presidente estadunidense Wilson fez com que as fronteiras dos Estados coincidissem com as fronteiras das nacionalidades e das línguas. Ao longo do tempo, essa divisão artificial traria novas transformações ao nacionalismo, em especial ao dos Estados mais recentes, como Alemanha e Itália, pois “o nacionalismo sofreu uma mutação: de um conceito associado ao liberalismo e à esquerda, para um movimento da direita chauvinista, imperialista e xenófoba, ou mais precisamente, da direita radical” (HOBSEAWM, 2002, p. 144). Processo de transformação semelhante poderia ser descrito como o acontecido no Brasil na passagem do nacionalismo do período democrático, para o nacionalismo ufanista (nacional-patriotismo), presente com maior intensidade nos anos que compreendem o período no qual os ditadores militares assumiram o Estado com o golpe civil-militar de 31 de março/01 de abril de 1964. Hobsbawm, ao analisar o período entre-guerras na Europa, aponta que

o nacionalismo adquiriu uma forte associação com as esquerdas durante o período antifascista, associação essa que foi reforçada subsequentemente pela experiência da luta anti-imperialista nos países coloniais (HOBSEAWM, 2002, p. 176),

o que nos permite relacionar o nacionalismo com as esquerdas no Brasil em razão, principalmente, de um discurso comum anti-imperialista, que foi se intensificando ao longo do período 1945-1964.

Para o autor, os nacionalismos de fins do século XX passaram a ser “essencialmente negativos, ou melhor, separatistas. Daí, a insistência colocada nas diferenças étnicas e linguísticas, que aparecem, às vezes, de forma individual ou combinada com a religião” (HOBSEAWM, 2002, p. 196). No entanto, o autor reafirma o caráter histórico do nacionalismo mais recentemente, ao nos advertir que, embora “nada de bom advirá disso”, também “não vai durar para sempre” (HOBSEAWM, 2000, p. 282). Mesmo que o nacionalismo brasileiro

do período estudado não tenha se desenvolvido de forma separatista como o europeu, sofreu significativas mudanças ao longo de sua existência por ser um fenômeno histórico. Essa contribuição de Eric Hobsbawm será o instrumento de análise de que nos valeremos no desenvolvimento deste artigo, de forma consciente, sem nos preocuparmos em seguir o mesmo padrão evolutivo do nacionalismo europeu, pois há muito já sabemos que as realidades históricas seguem seus próprios rumos.

O Nacionalismo no início da década de 1950

De acordo com Simon Schwartzman, foi a partir de agosto de 1952 que um grupo de intelectuais começou a se reunir para discutir os grandes problemas da sua época, em especial os relativos às formas de o país superar o subdesenvolvimento. Como o local de encontro desse grupo era o Parque Nacional de Itatiaia – entre o Rio de Janeiro e São Paulo – ele ficou conhecido como Grupo de Itatiaia. Já a partir de 1953, esse grupo se articulou para criar o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e editar os *Cadernos de Nosso Tempo*. Ainda segundo Simon Schwartzman, a importância do IBESP e dos Cadernos de Nosso Tempo é que

eles contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subsequentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (SCHWARTZMAN, 1979, p. 3).

Segundo Schwartzman, o IBESP teria funcionado entre 1953 e 1956, tendo editado 5 volumes dos referidos Cadernos. Embora o autor aponte o IBESP e os *Cadernos de Nosso Tempo* como sendo o berço da ideologia do nacionalismo e do ISEB, temos bastante claro que o nacionalismo já era uma constante no Brasil dos anos

50, sendo o diferencial do IBESP e dos *Cadernos de Nosso Tempo*, segundo o autor, a sistematização desse fenômeno, apontada por Schwartzman como “toda a ideologia do nacionalismo”.

Schwartzman aponta a existência de diferentes correntes teóricas na composição do IBESP. O que se justifica, dada a extensa nominata dos colaboradores dos *Cadernos de Nosso Tempo*.¹ Mesmo com essa longa lista de nomes e com a pluralidade de interpretações que ela possibilitava, alguns elementos davam coesão e unidade a esses intelectuais, em maior ou menor grau, a saber:

A preocupação com o subdesenvolvimento brasileiro, a busca de uma posição internacional de não alinhamento e de “terceira força”, um nacionalismo em relação aos recursos naturais do país, uma racionalização maior da gestão pública, maior participação de setores populares na vida política (...) (SCHWARTZMAN, 1979, p. 3).

Ainda segundo Simon Schwartzman, os intelectuais do IBESP tinham em seu horizonte de análises

a grande preocupação do IBESP com temas relativos à política internacional (...) parece responder ao clima particularmente agudo da Guerra Fria no início da década de 50, não permanecendo no tempo a não ser no esforço de aproximação com os novos países africanos, e uma ideia de uma política externa independente que não deixaria de produzir seus frutos (SCHWARTZMAN, 1979, p. 4).²

O foco da apresentação sobre os *Cadernos de Nosso Tempo*, escrita por Simon Schwartzman, é o IBESP. Ele cita o ISEB apenas como um continuador do projeto do IBESP, ao contrário de Caio Navarro de Toledo (TOLEDO, 1997) que tem no ISEB seu foco privilegiado de análise e, por isso mesmo, cita o IBESP apenas como embrião do ISEB.

Para Toledo, a ideia-matriz que permitiu a criação do ISEB estava sendo gestada desde os primeiros anos do último governo Vargas. Pode-se mesmo afirmar que o ISEB sucedeu o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) (TOLEDO, 1997, p. 203).

Toledo se refere ao Decreto nº 57.608, datando de 14 de julho de 1955, assinado pelo presidente João Café Filho, como sendo o momento de fundação do ISEB.³ E acrescenta outros nomes componentes do IBESP que não constavam na lista de Schwartzman, como Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier, que, somados aos nomes de Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida e Hélio Jaguaribe, formariam o núcleo dos intelectuais de “primeira hora” do ISEB (TOLEDO, 1997, p. 204).

Caio Navarro de Toledo separa o ISEB em três fases: A) da criação até a “encampação” juscelinista (um curto período, de aproximadamente 6 meses); B) o quinquênio juscelinista (no qual aprofunda seu trabalho); C) o período que acompanha as Reformas de Base (nesse período, a análise é extremamente superficial; seria algo correspondente aos Governos Jânio Quadros e João Goulart) (TOLEDO, 1997, p. 205-209).⁴ Toledo faz a seguinte afirmação, a respeito da fase “C”: “A perspectiva nacionalista – decisiva no momento anterior – aqui se encontra, se não negada, pelo menos sensivelmente atenuada” (TOLEDO, 1997, p. 209). Não estamos de acordo com essa afirmação, por entendermos que nessa fase o nacionalismo se radicaliza à esquerda do espectro político.⁵

Outros elementos que favoreceram ao desenvolvimento do nacionalismo nesse início dos anos 1950 podem ser encontrados a partir da campanha “O petróleo é nosso”. Ainda no Estado Novo (1937-1945), o presidente-ditador Getúlio Vargas criou, no ano de 1938, o Conselho Nacional de Petróleo (CNP), visando obter maior controle sobre a indústria petrolífera. Com o fim da ditadura estadonovista, o Governo Dutra remeteu ao Congresso Nacional o projeto de criação do Estatuto do Petróleo, em 1948. Este estatuto

liberalizava a participação do capital estrangeiro na indústria petrolífera. Em razão disso, o nacionalismo pelo alto, de forte conotação econômica, começava a ganhar impulso por baixo, em razão do sentimento de expropriação de uma riqueza autenticamente nacional, projetando a palavra de ordem “O petróleo é nosso”.

No início dos anos 50, com pressões cada vez mais candentes na defesa das riquezas naturais do país, o novo Governo acaba retirando o projeto do Estatuto do Petróleo do Congresso Nacional. Novo projeto foi enviado ao Congresso, mas nada dizia sobre o monopólio nacional para o petróleo, contrariando os interesses dos setores que se organizavam na Campanha “O petróleo é nosso”. Tantas eram as pressões nacionalistas, que o deputado Euzébio Rocha, do PTB de São Paulo, apresentou um substitutivo para o novo projeto.

Esse substitutivo e o projeto da Assessoria Econômica da Presidência, após longos debates e sucessivas emendas, foram negociados pelo governo Vargas, que aceitou o princípio do monopólio estatal, excluindo do projeto as refinarias privadas e a distribuição de derivados, controlada pelas empresas estrangeiras (...) A Lei nº 2.004 instaurou o monopólio da exploração, extração, refino e transporte de óleo bruto. A Petrobrás seria o instrumento de execução do monopólio da União e o CNP o órgão de orientação, fiscalização e controle da política nacional de petróleo e seus derivados (MELO; OLIVEIRA; ARAÚJO, 1994, p. 234).

O nacionalismo de início dos anos 50 – a despeito de ainda ser, predominantemente, um nacionalismo pelo alto – através da campanha “O petróleo é nosso” tomava novas características: “essa participação do povo numa discussão de cunho estritamente de política econômica foi algo ímpar na história do Brasil. O movimento popular cresceu e difundiu-se pelo Brasil afora” (MELO; OLIVEIRA; ARAÚJO, 1994, p. 233). Essa mobilização popular, calcada em um embrionário sentimento de nacionalidade – embora

ainda em muito associado com o nacionalismo econômico – desempenhava um importante papel na articulação do nacionalismo no início dos anos 50.

Além disso, o nacionalismo ganha ainda mais força a partir do suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954 e da divulgação da sua carta testamento, fator de mobilização popular até então desconhecido na sociedade brasileira (PÉCAUT, 1990, p. 100). No plano das relações internacionais já se fazia presente, no interregno Café Filho, a busca pelo “restabelecimento de relações comerciais com a China e os países do Leste Europeu” (ALMEIDA, 2006, p. 40) com base em princípios da soberania nacional, os quais mais tarde seriam difundidos e implementados pela Política Externa Independente (PEI).⁶

A soma desses diversos elementos faz com que, segundo Lucília de Almeida Neves, a década de 1950 tenha sido cheia de otimismo, almejando-se “implementar um projeto de nação comprometido principalmente com o desenvolvimento social” (NEVES, 2001, p. 171). É essa perspectiva que abordaremos no segundo momento do nacionalismo brasileiro durante a experiência democrática.

O nacional-desenvolvimentismo

Para Francisco Weffort, foi a partir de 1956 que o nacionalismo se consubstanciou, pois “o nacionalismo constitui-se, sem dúvida, a partir do governo Kubitschek, em centro de polarização ideológica” (WEFFORT, 2003, p. 24). Chegando o mesmo autor a afirmar que “as posições políticas passaram a se definir em razão do nacionalismo” (WEFFORT, 2003, p. 24-25). O nacionalismo, dessa maneira, evidencia-se como o elemento definidor da vida política do Brasil para o período. É a partir dele que, via de regra, tanto os partidos políticos quanto as demais formas de organização social vão se definir no espectro político. É, pois, dentro de nosso

marco temporal, o elemento constitutivo das disputas pelo poder nos mais diversos níveis.

Caio Navarro de Toledo, ao longo de seu trabalho, aponta as incongruências na fabricação dessa ideologia, a saber, o nacional-desenvolvimentismo.⁷ Os intelectuais do ISEB (com exceção de Nelson Werneck Sodré) pretendiam elaborar uma ideologia *a priori*; organizar um conjunto de ideias relativamente ordenadas que possibilitassem “desempenhar um papel ativo na transformação de toda a sociedade, unificando os interesses gerais da nação” (TOLEDO, 1997, p. 117). Excetuando-se Nelson Werneck Sodré, os demais isebianos não tinham no seu horizonte conceitual a ideologia como uma forma de dominação; para eles, a ideologia não passava de elucubração teórica capaz de mostrar os caminhos corretos a serem seguidos na direção de um fim nobre: a “necessidade da implantação definitiva do capitalismo como superação do subdesenvolvimento” (TOLEDO, 1997, p. 156). Essa perspectiva, de acordo com a visão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que buscava nesse período a revolução burguesa no Brasil, é semelhante à de Nelson Werneck Sodré sobre o nacionalismo. Para Sodré (ao menos nesse período), o nacionalismo “não foi inventado, não surge da imaginação de uns poucos, nem vive da teoria, mas da prática” (TOLEDO, 1997, p. 73). Nunca é demais lembrar que tanto os isebianos, como os membros do PCB viam a implantação do capitalismo como a afirmação da industrialização; para esses dois grupos, nesse momento, o principal adversário do desenvolvimento brasileiro seria o latifúndio agrário-exportador.⁸

Para Caio Navarro de Toledo, o nacional-desenvolvimentismo tem início e fim com o Governo Juscelino Kubitschek, mesmo que elaborado por uma instituição relativamente autônoma do governo.⁹ O fim do Governo JK seria o fim das ilusões que o capitalismo pregou nos isebianos. O fim do nacional-desenvolvimentismo está relacionado com a percepção de que o desenvolvimento veio para poucos, e não para toda a nação, como imaginavam

os membros do ISEB. Ao sobressair o desenvolvimento em relação ao nacional, percebeu-se que as melhorias não vieram para todos. Essa crítica passou a ser realizada a partir do último ano do Governo JK, em especial a partir da eleição de Jânio Quadros e derrota de Henrique Teixeira Lott em 1960, abrindo o período que Toledo considerou como pós-desenvolvimentista.

Porém, escapa da perspectiva de Caio Navarro de Toledo que esse período, por ele denominado de pós-desenvolvimentista, mantém firmes contornos nacionalistas. Mesmo com a crítica realizada por alguns membros do ISEB ao nacional-desenvolvimentismo pela sua associação ao imperialismo e ao desenvolvimento associado com o capital estrangeiro, a crítica ao imperialismo se reforça. Note-se que, em nenhum momento, sob a justificativa de ter como objetos de estudo a ideologia e a filosofia, Caio Navarro de Toledo se referiu à Guerra Fria. Para o autor, é como se não tivesse ocorrido a bipolaridade das relações internacionais, a corrida armamentista, a corrida espacial (o Sputnik e a cadela Laika estão no centro das atenções nesse período), a Conferência de Bandung, exigindo espaço para os países Não-Alinhados ou a Revolução Cubana, que trouxe a latino-americanização da Guerra Fria. Esses elementos, todos, reforçaram o nacionalismo no Brasil. Se o nacionalismo, por pressuposto, oculta as contradições de classe (e essa era uma análise que poucos conseguiam vislumbrar naqueles meados da década de 1950), ele pode reforçar o anti-imperialismo. O subdesenvolvimento volta a ser atacado, não mais apenas pela via do desenvolvimento, que se mostrou ineficaz, mas pela via da libertação nacional. Se não há uma alteração estrutural nessa modificação – como já sabia Toledo em 1977 quando escreveu a primeira edição de seu livro – isso não era tão claro assim no período estudado. Para aqueles intelectuais, de fins dos anos 1950 e início dos 1960, o nacionalismo poderia ter um caráter revolucionário.

Difundir esse novo discurso para os setores populares, colocá-lo em prática, realizar uma virada reformista no nacionalismo,

ênfatizando, dentre seus componentes, uma nova forma de organização da política exterior do país: todos esses aspectos serão tratados em nossa próxima seção, ao abordar o nacional-reformismo.

O nacional-reformismo

Com a eleição de 1960, todos os setores nacionalistas se uniram na candidatura Lott. Sua derrota foi importante momento de inflexão, gerando necessários esforços organizados para uma nova configuração do discurso nacionalista. Não bastava mais apenas o país se desenvolver economicamente, se os resultados desse desenvolvimento não melhorassem as condições de vida do povo brasileiro. Povo, nesse momento, torna-se o elemento definidor do nacionalismo, posto que a nação já fora construída. Agora, era chegada a hora de se reformar o que tinha sido realizado.

Embora tenhamos optado deliberadamente pelo enfoque no ISEB na construção do nacionalismo brasileiro, como o centro por excelência da ideia de forjar uma consciência nacional, pelo menos outros dois centros tiveram importante papel na elaboração do nacionalismo brasileiro, com destaque para a transformação que o mesmo passou a sofrer no limiar dos anos 50, realizando-se como um nacionalismo a favor de reformas no capitalismo brasileiro. Embriões do nacional-reformismo, além do ISEB em sua última fase, e responsáveis pelas articulações capazes de alocar reformas no desenvolvimento conquistado, foram o Partido Comunista Brasileiro e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN).¹⁰

Mesmo sendo posto na ilegalidade ainda em 1947, o Partido Comunista Brasileiro desempenhava um papel importante ao longo do período 1945-1964. Já na primeira eleição presidencial, seu candidato alcançara 10 % dos votos. Contava com destacadas personalidades do mundo intelectual brasileiro.¹¹ Após o suicídio de Getúlio Vargas, o Partido Comunista teve na luta pela industrialização uma

das suas mais importantes bandeiras, talvez só comparável ao papel que ele atribuía à luta contra o latifúndio e o imperialismo, presentes desde a sua fundação, em 1922.

Com as “teses de 1958”, os comunistas brasileiros passaram a defender uma ampla aliança nacionalista, inclusive com aquilo que à época se denominava burguesia nacional. É dessa época que, em artigo na Revista Brasiliense (organizada por Caio Prado Júnior), Hermes Lima, que não era comunista, afirmava:

O nacionalismo não supõe exclusivamente o Estado intervencionista. Supõe, isto sim, o Estado na liderança, no comando da política de desenvolvimento, no estímulo direto ou indireto de medidas promocionais de desenvolvimento.¹²

Já nos meios políticos institucionalizados no Estado, a Frente Parlamentar Nacionalista se constitui em 1956, composta por 55 deputados federais (DELGADO, 2007, p. 368). Embora tenha existido ao longo dos mandatos dos presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, foi, ao longo do período de João Goulart, que “a FPN ganhou maior dinâmica e melhor visibilidade” (DELGADO, 2007, p. 370-371). Nesse período, ampliou seu número de integrantes para 61 deputados federais, sendo o partido hegemônico em seu interior o PTB, com 30 deputados federais (DELGADO, 2007, p. 372).¹³

A Frente Parlamentar Nacionalista gozava de relativa influência na sociedade durante o Governo Goulart. Desde 1960, estava comprometida com as Reformas de Base, embora houvesse divergências entre seus membros em relação à reforma agrária (DELGADO, 2007, p. 373). Lucília de Almeida Neves Delgado explica essas divergências no nível partidário: para a autora, os deputados vinculados ao PTB são favoráveis à reforma no campo em sua totalidade, enquanto os deputados vinculados ao PSD, PRP e PR não demonstram a mesma coesão no apoio integral a esta reforma.

Todavia, acreditamos que a resposta a essa divergência se encontra oculta pelo caráter próprio do nacionalismo, capaz de unir distintos projetos políticos, por vezes, inclusive antagônicos, encobrendo suas diferenças apenas até certo ponto. Mesmo assim, é inegável o papel desempenhado pela Frente, pois “contribuiu enormemente para a difusão de teses nacionalistas, reformistas e desenvolvimentistas, tanto nos poderes Executivo e Legislativo federais, como também na sociedade civil” (DELGADO, 2007, p. 373).

As contribuições do ISEB somadas às do PCB e da FPN possibilitaram outro desdobramento do conceito de nacionalismo: o de nacional-reformismo. A nosso ver, ele é o termo mais próximo da realidade do Brasil no início dos anos 1960. O período pode ser descrito como tendo caráter nacional-reformista em razão de ter em sua agenda política propostas como a interferência do Estado na realização de reformas sociais, políticas e econômicas, visando ao desenvolvimento do país. Para este fim, foram importantes a sistematização da Política Externa Independente – que tinha como um dos preceitos fundamentais o desenvolvimento econômico a partir das relações internacionais do Brasil no contexto da Guerra Fria –, a criação do 13º salário, o “Estatuto do Trabalhador Rural” – que levava os direitos sociais aos trabalhadores do campo –, a Lei da Remessa de Lucros (que limitava o envio de capitais para o exterior) e a criação da Eletrobrás.

Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, em trabalho conjunto, privilegiam o teor nacionalista na personalidade e nas medidas tomadas por João Goulart (GOMES; FERREIRA, 2007). Embora concordemos com essa perspectiva, faz-se necessário esclarecer o porquê dessa ênfase: ao valorizar os elementos nacionalistas das ações de Goulart, os autores (bem como nós mesmos) criticam o emprego que a historiografia reservou, de forma hegemônica até o fim dos anos 1980, ao conceito de populismo. Ao se valorizar esses elementos nacionalistas, e sua evolução reformista, intenta-se destacar o protagonismo popular que ganhou as ruas nos primeiros

anos 1960. Com isso, pretende-se destacar, além da emergência dos setores populares nas lutas sociais, o papel relativamente consciente de suas escolhas, ao optar por um projeto de desenvolvimento econômico-social capaz de integrá-los, ainda que de forma limitada. Esvazia-se, assim, o elemento mais crucial da definição de populismo: o da manipulação das classes trabalhadoras.

Esse nacionalismo, que evoluiu para o reformismo, assim é descrito por Gomes e Ferreira:

Nos anos 1950, importantes setores políticos do país acreditaram que os meios necessários para alcançar um real desenvolvimento econômico e uma efetiva situação de bem-estar social estariam na defesa de princípios nacionalistas e na ação intervencionista e planejadora do Estado. Nesse sentido, ao lado do crescente compartilhamento de um ideário nacionalista, também ganhou força entre grupos políticos de esquerda, quer do PCB, quer do PTB, um movimento reformista que defendia mudanças na estrutura socioeconômica do país. Tais reformas se traduziriam, especialmente pela ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores da cidade e do campo, com o efetivo enfrentamento da questão da terra, ou seja, com uma reforma agrária. Essa proposta, que seria sintetizada na luta pelas reformas de base, encontraria defensores e promotores no interior do PTB, identificando João Goulart, o herdeiro do legado de Vargas, como um político capaz de assumir a liderança desse *processo de transformações sociais* (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 83-84, grifos nossos).

Como pudemos perceber na citação analítica dos historiadores Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, esse “processo de transformações sociais” do Governo Goulart representa um período de mudanças intensas nas relações políticas, econômicas, sociais e culturais, com destacado papel para o protagonismo popular tendo como principal elemento de coesão o ingrediente nacionalista.

Mesmo que muitas das reformas de base já tramitassem no Congresso Nacional desde 1956, foi a partir da posse de João Goulart (possível apenas com o aceite da tutela parlamentarista) que a discussão sobre sua implantação tomou consistência e caráter sistêmico. Houve avanços e recuos ao longo do Governo Goulart na implantação das reformas de base. Conforme os setores nacionalistas pressionavam por sua implantação, os setores conservadores endureciam suas obstruções. De um lado, intelectuais engajados, sindicatos, partidos de esquerda e ligas camponesas exigiam sua implementação; de outro, entidades empresariais, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – ambos os institutos patrocinados com verbas estadunidenses –, intelectuais e partidos conservadores se opunham a sua realização. Impossível se referir ao início dos anos 1960 no Brasil sem apontar o papel desempenhado pelas reformas de base.

Como se pôde observar, a luta pelas reformas mobilizava toda a nação. Para os setores populares, representaria avanços consideráveis nas suas condições de vida. Para os grupos dominantes, poderia representar perdas irreparáveis para sua sustentação. Todas as reformas apelavam, em maior ou menor grau, implícita ou explicitamente, ao aperfeiçoamento do capitalismo no Brasil, utilizando-se do nacionalismo com vista à maior incorporação social. Nenhuma delas, nem por um momento, aproximava-se de medidas socialistas ou mesmo comunistas, como eram genericamente acusadas pelos que as combatiam. Como assevera Carla Rodeghero: “Tal combate, todavia, parecia estar mais ligado aos perigos representados pelo nacionalismo e pelo antiamericanismo do que pelo comunismo” (RODEGHERO, 2007, p. 164). Não era o comunismo que os setores dominantes da sociedade queriam bloquear, embora ele fosse a tônica do discurso; o inimigo era o nacionalismo, mas não o mesmo nacionalismo dos anos 40/50. O inimigo era o nacional-reformismo.

Em 2005, ao se completarem 50 anos da fundação do ISEB, Caio Navarro de Toledo organizou um livro intitulado *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*, composto de depoimentos de personagens importantes deste instituto, e de artigos acadêmicos, analisando as suas contribuições. Em seu artigo, Caio Toledo (TOLEDO, 2005) parece tentar responder a algumas lacunas que ficaram em seu trabalho maior. Seu foco, neste novo trabalho, será os anos 1960, em especial o

governo Goulart – momento em que a instituição assumiu abertamente uma direção e uma orientação de esquerda –, o ISEB passou também a empunhar com vigor a bandeira das reformas sociais (agrária, bancária, política, administrativa, universitária, etc) (TOLEDO, 2005, p. 149).¹⁴

Há uma significativa diferença entre como o autor abordou essa fase do ISEB no trabalho anterior, e como está abordando agora, com traços muito mais positivos.

A tese central de seu trabalho é uma contraposição entre o ISEB e o IPES. Utilizando-se da categoria aparelho ideológico, ele alinha o ISEB a uma variante do Estado, enquanto o IPES estaria alinhado com a sociedade civil (TOLEDO, 2005, p. 150). Segundo o autor, o IPES era partidário de uma democracia liberal com reduzida participação popular, além de condenar as reformas de base e as “tentativas legislativas de disciplinar o capital estrangeiro e a prática de uma política externa soberana e independente” (TOLEDO, 2005, p. 151). Sendo o Governo Goulart um governo de muitas lutas sociais, Caio Navarro de Toledo procura evidenciar mais uma delas: a luta entre intelectuais.

O que outrora o autor designava como “último ISEB”, agora passa a ser incorporado pelo nacional-reformismo (TOLEDO, 2005, p. 152). Assim, embora em uma análise sem a mesma densidade da anterior – preocupada com o período nacional-desenvolvimentista – Caio Navarro de Toledo avança ao ter incorporado algumas críticas relativas à falta de contextualização histórica e

política do trabalho anterior (TOLEDO, 2005, p. 164). Mesmo esse artigo não tendo a mesma solidez filosófica de seu estudo clássico, ele mostra avanços consideráveis ao dar dimensão concreta à análise do período ora estudado. Procurando suprir uma lacuna importante da história do ISEB, deixada aberta por ele mesmo, Caio Toledo a enriquece, incorporando a seu trabalho teórico a conjuntura histórica.

Conclusão

Ao analisar o nacionalismo no Brasil ao tempo da experiência democrática de 1951-1964, foi possível, em especial a partir das conclusões de Eric Hobsbawm, demonstrar como o conceito se modificou ao longo do tempo – que embora breve cronologicamente – foi extremamente denso em termos de lutas políticas, sendo o nacionalismo a baliza entre dois projetos de nação.

Ao implementar uma maior participação do Estado no desenvolvimento nacional, o projeto de início dos anos 1950 trabalhava de forma embrionária com o nacionalismo, sendo a origem das discussões que este conceito propiciou ao longo da democracia brasileira da época.

Durante a segunda metade dos anos 1950, o nacionalismo foi forjado como ideologia pelos intelectuais do ISEB. Esta instituição, embora autônoma, mantinha fortes vínculos com a administração JK. Seus atores foram os grandes divulgadores da ideia do nacional-desenvolvimentismo, sendo que, através dessa ideologia, procuravam legitimar o desenvolvimento do Brasil em bases nacionalistas.

Com a eleição de 1960, a crítica da experiência nacional-desenvolvimentista foi realizada inclusive por alguns autores vinculados ao ISEB. A ilusão desenvolvimentista teve fim. Alguns intelectuais do ISEB, juntamente com intelectuais do PCB e parcelas da sociedade brasileira, perceberam os limites concretos do nacional-desenvolvimentismo: o desenvolvimentismo se realizara com relativo sucesso, porém a expensas do nacional.

No início dos anos 1960, uma nova transformação tomou o nacionalismo no Brasil. Com as críticas elaboradas, numa dimensão que priorizava um discurso de reformas no capitalismo, para integrar maiores parcelas da sociedade à nação, foi se consubstanciando o caráter distributivista do nacionalismo, o que radicalizou o conceito, tanto teórica quanto concretamente, ao terem as lutas sociais do período também se radicalizado. É isso que tentamos demonstrar ao longo deste trabalho.

Nationalism in Brazilian democratic experience (1951-1964): a changing conception

Abstract: This article deals with the concept of nationalism as an analysis category of the period 1951-1964 in Brazil. By using Eric Hobsbawm's conceptions on the historical feature of nationalism, we intend to show how changes in uses and perceptions concerning the phenomenon occurred, bearing in mind its relevance to political struggles for power in Brazil.

Keywords: History of Brazil. History Politics. Nationalism. ISEB.

Notas

¹ São eles: Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida, Carlos Luís Andrade, Ewaldo Correia Lima, Fabio Breves, Heitor Lima Rocha, Hélio Jaguaribe, Hermes Lima, HH Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Jorge Abelardo Ramos, Juvenal Osório Gomes, Moacir Félix de Oliveira e Oscar Lorenzo Fernandes (SCHWARTZMAN, 1979, p. 3).

² Quando o autor se refere a “não permanecendo no tempo...” está se referindo, provavelmente, ao fato de essa preocupação não estar entre as preocupações centrais dos intelectuais do ISEB no período de 1956-1960.

³ A alusão a esse documento também é feita por Alzira Alves de Abreu. Além disso, esta autora traz algumas instigantes vinculações entre membros do ISEB, como Hélio Jaguaribe, e o Governo Vargas. Ver Abreu, 2007, p. 412.

⁴ Em trabalho realizado quando do cinquentenário da fundação do ISEB, em 2005, aproximadamente 28 anos depois da publicação da 1ª edição de “Fábrica de Ideologias”, Caio Navarro de Toledo aborda especificamente o Instituto durante o Governo Goulart (TOLEDO, 2005). Veremos isso mais adiante.

⁵ Essa afirmação de Toledo, estranhamente, destoa do que ele afirma ao longo dos capítulos 5 e 6 de sua obra; na sua análise, em especial nas páginas 157-166 e 184-188,

o autor demonstra a própria crítica realizada por alguns isebianos, como Álvaro Vieira Pinto e Osny Pereira Duarte, que já fazem a denúncia sobre a subordinação do nacional ao desenvolvimento ao longo do quinquênio juscelinista, e o papel que os próprios intelectuais do ISEB tiveram nesse processo.

⁶ Para saber mais sobre a Política Externa Independente, ver: Domingos, 2004; Domingos, 2008.

⁷ No estudo de Caio Navarro de Toledo – tornado clássico sobre o ISEB – as preocupações do autor são de caráter ideológico e filosófico. O autor elabora uma refinada análise utilizando-se de um aparato conceitual baseado em ideologia e alienação, dentro de uma perspectiva marxista mais ortodoxa.

⁸ Num segundo momento, algo próximo do período que propomos como nacional-reformista, ao lado do latifúndio agrário-exportador estará presente, com maior veemência, o imperialismo, em especial o estadunidense.

⁹ Caio Navarro de Toledo enfatiza que a ideologia nacional-desenvolvimentista é fruto do ISEB, e não do governo; mesmo que este tivesse encampado suas formulações.

¹⁰ Além desses dois centros formadores e transformadores do ideário nacionalista brasileiro, são importantes o Clube Militar e o Centro Popular de Cultura (CPC). Embora não nos detenhamos para os efeitos desse trabalho na análise desses dois centros, sabemos bem do grau de importância que eles tiveram em diferentes momentos do período 1945-1964 na elaboração do sentimento nacionalista no Brasil. O trabalho de Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida dá conta do papel do Clube Militar, inclusive com o uso da “Revista do Clube Militar” como fonte de trabalho (ALMEIDA, 2006). Para as relações que se deram entre o nacionalismo e o CPC (que em verdade eram mais do que um), o trabalho de Daniel Pécaut é um bom ponto de partida (PÉCAUT, 1990, p. 152-165).

¹¹ A lista é extensa. Podemos citar, dentre tantos outros: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Oscar Niemeyer.

¹² Revista Brasiliense, n. 18, julho-agosto de 1958, p. 17 (PÉCAUT, 1990, p. 144).

¹³ Além dos deputados do PTB, Lucília de Almeida Neves Delgado nos informa de 12 do PSD, 10 da UDN, e 9 de outros partidos, como o PSP, PR, PSB (DELGADO, 2007, p. 372).

¹⁴ Há uma significativa diferença entre como o autor abordou essa fase do ISEB no trabalho anterior, e como está abordando agora, com traços muito mais positivos.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 409-432.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical* (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 357-376.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Política Externa Independente e Guerra Fria: intrincadas relações de um golpe militar no Brasil. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (Orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 205-215.

_____. A Política Externa Independente é notícia: o jornal *Correio do Povo* e a Guerra Quente no Brasil (1961-1964). In: *Em Tempo de Histórias* – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS, Brasília: UNB, v. 1, n. 12, p. 68-85, jan.jun./2008. Disponível em: http://www.unb.br/ih/novo_portal/portal_his/revista/arquivos/edicoes_anteriores/1.2008/7_Charles_Sidarta_Machado_68_85_Edicao_2008.pdf. Acesso em 10 de julho de 2008.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo: trajectos*. Lisboa: Gradiva, 1983.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 271-282.

MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, Adílson de; ARAÚJO, João Lizardo de. O sonho nacional: petróleo e eletricidade (1954-1994). In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 225-256.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano* (1945-1964). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. Seleção e introdução. In: *O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UNB, 1979, p. 3-6.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil*. A experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 137-164.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Recebido em: 24/02/2009

Aprovado em: 22/05/2009